



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MDR

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
4ª Superintendência Regional

TERMO DE REFERÊNCIA

MENOR PREÇO

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL (ATER) PARA OS PRODUTORES DO PROJETO PÚBLICO DE IRRIGAÇÃO DE JACARÉ-CURITUBA, NO ESTADO DE SERGIPE, ÁREA DE ATUAÇÃO DA CODEVASF - 4ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL.

**ARACAJU- SE
SETEMBRO - 2020**



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MDR

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
4ª Superintendência Regional

ÍNDICE

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO.....	4
2. TERMINOLOGIAS E DEFINIÇÕES.....	4
3. REGIME DE EXECUÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO.....	7
4. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO.....	7
5. VISITA AO LOCAL DOS SERVIÇOS.....	7
6. FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS.....	8
7. PREÇO MÁXIMO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.....	8
8. LOCALIZAÇÃO E ACESSO AO(S) PROJETO(S) DE IRRIGAÇÃO.....	8
9. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA.....	8
10. PROPOSTA FINANCEIRA.....	9
11. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO.....	10
12. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.....	11
13. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO.....	12
14. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO.....	13
15. FARDAMENTO.....	21
16. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS.....	22
17. PRAZO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.....	25
18. REPACTUAÇÃO E REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS.....	25
19. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE.....	26
20. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.....	27
21. ALTERAÇÃO SUBJETIVA.....	31
22. O CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO.....	31
23. PAGAMENTO.....	38
24. RECEBIMENTO DEFINITIVO DOS SERVIÇOS.....	40



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MDR

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
4ª Superintendência Regional

25.SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO.....	41
26.CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL.....	41
27.DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.....	44
28.CONDIÇÕES GERAIS.....	47
29.ANEXOS.....	47


MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MDR

 Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
 4ª Superintendência Regional

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de serviços de assistência técnica e extensão rural (ATER) para 701 famílias de pequenos produtores assentadas no Projeto Público de Irrigação Jacaré-Curituba, localizado nos municípios de Canindé de São Francisco e Poço Redondo, no estado de Sergipe, área de atuação da 4ª Superintendência Regional da CODEVASF, em conformidade com as condições preconizadas no presente Termo de Referência:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	VALOR REFERENCIAL MÁXIMO GLOBAL (12 MESES)	CATSER
1	Prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural (ATER) para 701 famílias de pequenos produtores assentadas no Projeto Público de Irrigação Jacaré-Curituba, localizado nos municípios de Canindé de São Francisco e Poço Redondo, no estado de Sergipe, área de atuação da 4ª Superintendência Regional da CODEVASF.	R\$ 748.614,57	15326

2. TERMINOLOGIAS E DEFINIÇÕES

Neste Termo de Referência (TR) ou em quaisquer outros documentos relacionados com os serviços acima solicitados, os termos ou expressões têm o seguinte significado e/ou interpretação:

ÁREA DE GESTÃO DOS EMPREENDIMENTOS DE IRRIGAÇÃO - AI – Unidade da administração superior da CODEVASF, responsável pela definição de diretrizes para a gestão integrada e transferência dos projetos de irrigação, dos modelos de ocupação e gestão fundiária, da gestão das informações dos projetos de irrigação, do acompanhamento e controle da implantação do modelo produtivo e da consolidação dos projetos de irrigação e drenagem em andamento na Empresa e da gestão dos resultados gerados pelos empreendimentos de irrigação. É responsável pela fiscalização e a coordenação dos serviços objetos deste Termo de Referência.

ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL OU ATER - É o conjunto de atividades que compreende coordenar, planejar, implementar, acompanhar e avaliar o desenvolvimento de projetos, programas e atividades relativos à produção agropecuária, visando o aumento da produção/produtividade, comercialização e renda dos irrigantes do Projeto de Irrigação.

BANCO DE DADOS DE PRODUÇÃO – Informações de dados agrícolas a serem levantadas em campo pelas equipes técnicas, com periodicidade de 03 meses, com vistas a abastecer o Sistema de Acompanhamento da Produção da CODEVASF. Essas informações também deverão ser apresentadas em planilhas eletrônicas cujos modelos serão disponibilizados pela CODEVASF. Os dados deverão ser consolidados quando da apresentação do relatório anual.


MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MDR

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
4ª Superintendência Regional

CATMAT – É um módulo do SIASG denominado Sistema de Catalogação de materiais, onde é realizada a inclusão de itens, bem como a sua consulta. Todos os procedimentos para a sua utilização constam dos Manuais disponíveis no site de Compras Governamentais: www.comprasgovernamentais.gov.br.

CATSERV - É um módulo do SIASG denominado Sistema de Catalogação de serviços, onde é realizada a inclusão de itens, bem como a sua consulta. Todos os procedimentos para a sua utilização constam dos Manuais disponíveis no site de Compras Governamentais: www.comprasgovernamentais.gov.br.

CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Empresa pública vinculada ao Ministério da Integração Nacional, com sede no Setor de Grandes Áreas Norte, Quadra 601 – Lote 1 – Brasília-DF.

CONTRATADA – Empresa licitante selecionada e contratada pela CODEVASF para a execução dos serviços.

CONTRATANTE - CODEVASF, empresa pública vinculada ao Ministério da Integração Nacional.

CONTRATO – Documento, subscrito pela CODEVASF e a licitante vencedora do certame, que define as obrigações e direitos de ambas com relação à execução dos serviços.

COORDENADOR DA EQUIPE - Técnico indicado pela CONTRATADA e aprovado pela CODEVASF para planejar, organizar e orientar a execução dos serviços de apoio à produção.

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO – representação gráfica da programação parcial ou total de um trabalho ou serviço, no qual são indicadas as suas diversas etapas e respectivos prazos para conclusão, aliados aos custos ou preços.

DOCUMENTOS COMPLEMENTARES ou SUPLEMENTARES – Documentos que, por força de condições técnicas imprevisíveis, se fizerem necessários para a complementação ou suplementação dos documentos emitidos nos Termo de Referência.

DOCUMENTOS DE CONTRATO – Conjunto de todos os documentos que integram o contrato e regulam a execução dos serviços, compreendendo o Edital, Termo de Referência, especificações técnicas, desenhos e proposta financeira da executante, cronogramas e demais documentos complementares que se façam necessários à execução dos serviços.

ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA – Documento que descreve, de forma precisa, completa e ordenada, os materiais e os procedimentos de execução dos serviços. São partes integrantes das especificações técnicas:

- a) Generalidades - incluem o objetivo, identificação dos serviços, regime de execução, fiscalização, classificação dos serviços (item c). Havendo caderno de encargos, este englobará quase todos estes aspectos.
- b) Especificação dos materiais - pode ser escrito de duas formas: genérica (aplicável a qualquer obra/serviço) ou específica (relacionando apenas os materiais a serem usados na obra/serviço em questão).
- c) Discriminação dos serviços - especifica como devem ser executados os serviços.

FISCALIZAÇÃO – Equipe da CODEVASF atuando sob a autoridade de um Coordenador, indicada para exercer em sua representação a fiscalização do contrato.

GERÊNCIA DE APOIO À PRODUÇÃO (AI/GAP) – Responsável por elaborar projetos e executar ações relacionadas ao apoio à produção e a exploração das áreas dos projetos de irrigação, voltadas para o seu desenvolvimento social e econômico; elaborar e manter estudos e informações relativos ao desempenho econômico e técnico-operacional dos projetos de irrigação; e, instituir indicadores de desempenho e avaliar os novos modelos econômicos de produção.

GERÊNCIA REGIONAL DE EMPREENDIMENTOS DE IRRIGAÇÃO DA 4ªSR (4ª/GRI) - Estrutura da Administração da 4ª Superintendência Regional, a qual compete desenvolver ações relativas a operação regional dos projetos de irrigação, compreendendo a gestão da ocupação de terras, administração da


MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MDR

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
4ª Superintendência Regional

infraestrutura de irrigação, apoio local à produção e comercialização e, a execução de obras e ações complementares para recuperação ambiental e da infraestrutura de uso comum, por meio das unidades regionais.

LICITANTE – Empresa habilitada para apresentar proposta.

PLANO DE TRABALHO- Documento elaborado pela CONTRATADA, que inclui o planejamento da Exploração Agrícola do Projeto Público de Irrigação, metodologia de trabalho, metas, programação de eventos visando orientar o desenvolvimento das atividades pela CONTRATADA.

PREPOSTO – Empregado da Contratada incumbido de representá-la junto à administração da Contratante onde o contrato é executado, podendo ser qualquer um dentre os empregados, desde que tenha poderes para agir em nome da empresa e, no caso de serviços terceirizados, esteja permanentemente nas dependências do órgão, cabendo ao Preposto: I. Gerenciar a execução do contrato; II. Receber orientações e documentos pertinentes; III. Prestar as informações que se fizerem necessárias; e IV. Providenciar a regularização de pendências.

PROPOSTA FINANCEIRA – Documento gerado pelo licitante que estabelece os valores unitário e global dos serviços e fornecimentos, apresentando todo o detalhamento dos custos e preços unitários propostos.

RELATÓRIO MENSAL DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS - Documento emitido pela CONTRATADA, contendo as atividades realizadas no período. Deve estar acompanhado de fatura correspondente para pagamento.

RELATÓRIO ANUAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE APOIO À PRODUÇÃO - Documento emitido pela CONTRATADA, contendo análise quantitativa e qualitativa dos indicadores de desempenho e do cumprimento das metas previstas no Plano de Trabalho.

RELATÓRIO ESPECÍFICO - Documento de emissão assistemática produzido pela CONTRATADA, por sua iniciativa ou a pedido da CODEVASF, sobre qualquer assunto relacionado aos serviços contratados.

RELATÓRIO GERENCIAL - Documento emitido pela CONTRATADA, contendo análise quantitativa e qualitativa do desempenho e evolução do Projeto Público de Irrigação, dos produtores e das Organizações, conforme indicadores previamente estabelecidos pela CODEVASF.

RELATÓRIO FINAL – Documento a ser apresentado ao término do contrato relatando os principais serviços executados, com apresentação dos custos, estratificados por ano contratual, no decorrer da vigência do instrumento.

REUNIÃO DE PARTIDA – Reunião com as partes envolvidas, contratada para instalação, CODEVASF e fornecedores, onde se define todos os detalhes do plano de trabalho e dá-se o “start up” da execução da execução dos serviços e fornecimentos.

SIASG - é um conjunto informatizado de ferramentas para operacionalizar internamente o funcionamento sistêmico das atividades de gestão de materiais, edificações públicas, veículos oficiais, comunicações administrativas, licitações e contratos. É utilizado por várias entidades da Administração Pública Federal (Ministérios, Secretarias, etc.). Pode ser acessado pelo site do Compras Governamentais: www.comprasgovernamentais.gov.br.

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – Unidade executiva descentralizada subordinada diretamente à presidência da CODEVASF, situada em Aracaju/SE, em cuja jurisdição territorial localiza-se os serviços objeto deste Termo de Referência.

TERMO DE REFERÊNCIA– Conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar os serviços a serem contratados ou os bens a serem fornecidos.

UNIDADE REGIONAL DE APOIO À PRODUÇÃO (4ª/GRI/UAP) - Unidade orgânica da Gerência Regional de Empreendimentos de Irrigação, a qual compete: executar ações voltadas à exploração e a comercialização de


MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MDR

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
4ª Superintendência Regional

produtos, assentamento, capacitação e treinamento de irrigantes, apoio à produção, desenvolvimento e difusão de tecnologia.

3. REGIME DE EXECUÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO.

3.1. **Valor estimado:** O orçamento será público

3.2. **Critério de Julgamento:** Menor Preço, com modo de disputa **ABERTO**, em que o valor mínimo a ser ofertado entre os lances é de R\$ 100,00 (cem reais).

3.3. **Regime de Execução:** Empreitada por Preço Global

4. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. Poderão participar da presente licitação empresas do ramo, pertinente e compatível com o objeto desta licitação, individuais, que atendam às exigências do TR e seus anexos.

4.1.1. As Empresas estrangeiras poderão participar nas mesmas condições das empresas nacionais.

4.1.2. As propostas serão aceitas somente para todos os itens do Escopo dos Serviços/Fornecimentos e Planilhas de Quantidades e Preços Orçados, constante do Anexo V deste Termo de Referência, que compõe o objeto da licitação. Cotações para itens isolados não serão aceitas, implicando na desclassificação da proposta

4.2. CONSÓRCIO

4.2.1. Não será permitida a participação de consórcio.

4.3. SUBCONTRATAÇÃO

4.3.1. Não poderão ser objeto de subcontratação as parcelas de maior relevância e consideradas principais do objeto, mas tão-somente, aquelas que possam ser entendidas como atividades auxiliares e que, por não dizerem respeito às atividades fim da contratada, não são, muitas das vezes, objeto de execução diretamente pelas mesmas, tal como locação de veículos e máquinas, estudos e ensaios de laboratório.

4.3.2. A licitante deverá demonstrar em sua proposta financeira os equipamentos e/ou componentes que serão subcontratados, podendo um subcontratado fornecer a mais de um concorrente.

4.3.3. A subcontratação não liberará o contratado de suas responsabilidades contratuais e legais.

4.4. PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

4.4.1. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, poderão participar desta licitação em condições diferenciadas, na forma prescrita na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e Decreto 8.538 de 6/10/2015.

5. VISITA AO LOCAL DOS SERVIÇOS

5.1.1. A visita aos locais de prestação dos serviços **NÃO será obrigatória**, porém, recomenda-se às licitantes que seja realizada a visita aos locais onde serão executados os serviços e suas circunvizinhanças, por intermédio de seu representante legal ou responsável técnico, para tomar pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos


MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MDR

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
4ª Superintendência Regional

trabalhos a serem executados, avaliando os problemas futuros de modo que os custos propostos cubram quaisquer dificuldades decorrentes de sua execução, e obter, sob sua exclusiva responsabilidade, todas as informações que possam ser necessárias para a elaboração da proposta e execução do contrato.

5.1.2. É de inteira responsabilidade da licitante a verificação "in loco" das dificuldades e dimensionamento dos dados necessários à apresentação da Proposta. A não verificação dessas dificuldades não poderá ser avocada no desenrolar dos trabalhos como fonte de alteração dos termos contratuais estabelecidos.

5.1.3. Os custos de visita aos locais dos serviços correrão por exclusiva conta da licitante.

5.1.4. Em caso de dúvidas sobre a visita ao local onde serão executados os serviços, as licitantes deverão contatar a Gerência Regional de Empreendimentos de Irrigação - GRI da CODEVASF – 4ª SR, em Aracaju - Sergipe, telefone (79) 3194-4213.

5.1.5. A declaração de que conhece o local onde serão executados os serviços e suas circunvizinhanças será obrigatoriamente emitida pela empresa licitante (Modelo de Declaração – Anexo II deste TR), através dos seus prepostos, e será exigida na fase de habilitação.

6. FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS.

6.1. A execução do objeto desta licitação consta, basicamente, da prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural aos pequenos produtores do Projeto Público de Irrigação Jacaré-Curituba.

6.2. Os serviços deverão ser executados diretamente no citado projeto irrigado, em conformidade com as Especificações Técnicas constantes do ANEXO IV deste TR, que é parte integrante do mesmo.

7. PREÇO MÁXIMO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. A estimativa de custos dos serviços e fornecimentos é de R\$ 748.614,57 (setecentos e quarenta e oito mil, seiscentos e quatorze reais e cinquenta e sete centavos), referência 05/2020, conforme apresentado na Planilha Orçamentária, que acompanha este documento (Anexo V do presente TR).

7.2. A dotação orçamentária para a cobertura das despesas inerentes à contratação dos serviços de ATER será assegurada pelo Programa de Trabalho 20.607.2217.12OB.0001 - Gestão de Projetos Públicos de Irrigação (PTRES 174.419) – NACIONAL - JACARÉ/CURITUBA - TED SDR/MDR 29/2018, Fonte 100.

8. LOCALIZAÇÃO E ACESSO AO(S) PROJETO(S) DE IRRIGAÇÃO

8.1. O projeto Jacaré-Curituba está localizado na jurisdição da 4ª Superintendência Regional da CODEVASF, mais precisamente na confluência dos municípios de Poço Redondo e Canindé de São Francisco, no estado de Sergipe. Dista 220 km da cidade de Aracaju/SE, com acesso através da BR-235, SE-175 e SE-230, cerca de 13 km da sede do primeiro município e a 7 km do segundo. As coordenadas geográficas são: latitude Sul entre 9°44'44,16" e 9°41'23,97", e longitude Oeste entre 37°44'26,76" e 37°46'58,78".

9. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

9.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar a mão de obra, materiais, equipamentos, ferramentas, utensílios e insumos necessários à execução das atividades deste Termo de Referência, promovendo sua substituição quando necessário.


MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MDR

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
4ª Superintendência Regional

10. PROPOSTA FINANCEIRA

10.1. A Proposta Financeira deverá ser firme e precisa, limitada rigorosamente ao objeto desta licitação, e não poderá conter condições ou alternativas não previstas neste TR e seus Anexos constitutivos.

10.2. A Proposta Financeira constitui-se dos seguintes documentos:

10.2.1. Planilha de Custos dos serviços com todos os seus itens, devidamente preenchida, com clareza e sem rasuras, conforme modelo constante do Anexo V (Formulários PFS, PFS-I, PFS-II, PFS-III, PFS-IV, PFS-VI e PFS-VII) que é parte integrante deste TR, observando-se os preços máximos globais orçados pela CODEVASF;

- Junto com a proposta, as Planilhas de Custos dos Serviços deverão ser apresentadas em meio eletrônico (**Microsoft Excel ou software livre**), sem proteção do arquivo, objetivando facilitar a conferência da mesma
- Não poderão ser apresentados preços unitários diferenciados para um mesmo serviço;

10.2.2. Composição dos Preços Unitários para Serviços e Fornecimentos, acompanhada da respectiva memória de cálculo por item, englobando custos diretos e indiretos, que será apresentada conforme padrão estabelecido nas planilhas constantes do Anexo V do Edital, que faz parte integrante do mesmo;

- Junto com a proposta, apresentar os formulários, em meio eletrônico (**Microsoft Excel ou software livre**), sem proteção do arquivo, objetivando facilitar a conferência da mesma;
- As Licitantes deverão apresentar na Proposta Financeira, a Composição de Preços Unitários de acordo com os itens especificados nas respectivas planilhas. Deverá ser anexada a memória de cálculo de cada item.
- Para mão de obra, as licitantes deverão apresentar, junto à Proposta Financeira, os acordos ou convenções coletivas das categorias profissionais vinculadas à execução dos serviços, devendo observar os mesmos, considerando previsão de insalubridade, periculosidade e encargos sociais e trabalhistas.
- Para peças e materiais, considerar por unidade de aquisição, armazenamento e consumo. Para veículos, motocicletas e máquinas, considerar por unidade especificada de fornecimento. Para serviços caracterizados de sazonais e ou eventuais, considerar por unidade específica de cada atividade;

10.2.3. Detalhamento dos Encargos Sociais e Trabalhistas, conforme modelo constante do Anexo V deste Edital, que faz parte integrante do mesmo.

10.2.4. As licitantes adotarão as alíquotas de PIS/COFINS conforme seu regime de tributação do IRPJ, Lucro Presumido ou Lucro Real, neste último considerando os respectivos descontos, até o limite máximo de 1,65% para o PIS e 7,6% para a COFINS.

10.2.5. Para as licitantes optantes pelo Lucro Real será exigida a Declaração de IRPJ para comprovação da opção, além de especificação, em planilha própria da licitante, dos itens de preços incluídos em eventuais descontos/compensações das alíquotas, conforme legislação vigente.

10.3. A Proposta Financeira deverá ser datada e assinada pelo representante legal da licitante, com o valor global evidenciado em separado na 1ª folha da proposta, em algarismo e por extenso, baseado nos quantitativos dos serviços e fornecimentos descritos na Planilha Resumo Geral e na Planilha Orçamentária detalhada da CODEVASF, nelas incluídos todos os impostos e taxas, emolumentos e tributos, leis, encargos sociais e previdenciários, lucro, despesas indiretas, custos relativos à mão-de-


MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MDR

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
4ª Superintendência Regional

obra, fornecimento de materiais, ferramentas e equipamentos necessários à sua execução. No caso de omissão das referidas despesas, considerar-se-ão inclusas no valor global ofertado.

10.4. O prazo de validade das propostas será de 60 (sessenta) dias contado a partir da data estabelecida para a entrega das mesmas, sujeito à revalidação por idêntico período.

10.5. Será considerada a melhor proposta, a que apresentar o menor preço global avaliado, para o item, conforme critérios acima estabelecidos.

11. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

11.1. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

11.1.1. Serão aceitas propostas que atendam aos termos e condições das especificações técnicas sem desvio ou exceções aos requisitos técnicos, na forma solicitada no item 6 deste Termo de Referência.

11.1.2. A Licitante deverá apresentar os seguintes documentos:

- Registro ou inscrição da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), competente da região a que estiver vinculada a licitante, demonstrando o ramo de atividade pertinente e compatível com o objeto do presente Edital;
- DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, conforme subitem 5.1.5, informando que tem conhecimento do local onde serão executados os serviços objeto desta licitação, emitida pela própria licitante, assinada pelo(s) o(s) Responsável(is) Técnico(s) ou Representante Legal.
- Atestado(s) de capacidade técnica, em nome da empresa, expedido por pessoa(as) jurídica(s) de direito público ou privado, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT, dos profissionais, expedida(s) pelo CREA da região onde os serviços foram executados, que comprovem que a licitante tenha executado serviço(s) relativo(s) à prestação de assistência técnica e extensão rural a produtores de projetos de irrigação, ou serviços similares de porte e complexidade ao objeto desta licitação.
- Definem-se como serviços de porte e complexidade similares: aquelas que apresentam características técnicas semelhantes às descritas nas Especificações Técnicas, especialmente os relativos à assistência técnica e extensão rural.
- Deverá(ão) constar do(s) atestado(s) ou da(s) certidão(ões) expedida(s) pelo CREA, em destaque, os seguintes dados: local de execução, nome do contratante e da pessoa jurídica contratada, nome(s) do(s) responsável(is) técnicos(s), seu(s) título(s) profissional(is) e número(s) de registro(s) no CREA; descrição técnicas sucinta indicando os serviços e quantitativos executados e o prazo final de execução.
- Comprovação de que, na data de entrega da proposta, a licitante possui em seu quadro permanente ou possui declaração de compromisso de vinculação contratual futura, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica, e devidamente registrado no CREA, acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida por este Conselho, que comprove ter o profissional executado serviço relativo à prestação de assistência técnica e extensão rural a produtores em Projetos de Irrigação, públicos ou privados.
- Entende-se, para fins deste Edital, como pertencente ao quadro permanente:


MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MDR

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
4ª Superintendência Regional

- O empregado;
 - O sócio;
 - O detentor de contrato de prestação de serviço.
 - Declaração de compromisso de vinculação contratual futura, como responsável técnico, caso o licitante se sagre vencedor no certame.
- A licitante deverá comprovar através da juntada de cópia de: ficha ou livro de registro de empregado ou carteira de trabalho do profissional, que comprove a condição de pertencente ao quadro da licitante, do contrato social, que demonstre a condição de sócio do profissional, ou do contrato de prestação de serviço, celebrado de acordo com a legislação civil comum, ou declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, desde que acompanhado da anuência deste.
 - Quando se tratar de dirigente ou sócio da licitante tal comprovação será através do ato constitutivo da mesma;
 - No caso de duas ou mais licitantes apresentarem atestados de um mesmo profissional como responsável técnico, como comprovação de qualificação técnica, ambas serão inabilitadas.

12. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.

- 12.1. Os serviços deverão ser executados com base nos parâmetros mínimos a seguir estabelecidos:
- 12.2. A Contratante utilizará formulário próprio como meio de análise, conforme Instrumento de Medição de Resultado (IMR), em consonância com as diretrizes da IN/MPOG 05/2017, para definir e padronizar a avaliação da qualidade dos serviços prestados pela Contratada.
- 12.3. O IMR vinculará o pagamento dos serviços aos resultados alcançados em complemento à mensuração dos serviços efetivamente prestados, não devendo as adequações de pagamento, originadas pelo descumprimento do IMR ser interpretadas como penalidades ou multas.
- 12.4. O valor pago mensalmente será ajustado ao resultado da avaliação do serviço por meio do Instrumento de Medição de Resultado, anexo indissociável do contrato.
- 12.5. O procedimento de avaliação dos serviços será realizado periodicamente pelos fiscais do contrato, com base em pontuações atribuídas a cada item, conforme especificações constantes no item 15 deste termo e do edital, gerando relatórios mensais de prestação de serviços executados.
- 12.6. A pontuação máxima será de 100 (cem) pontos.
- 12.7. Os serviços serão considerados insatisfatórios se a empresa não atingir 40 (quarenta) pontos.
- 12.8. O não atendimento das metas, por ínfima diferença poderá ser objeto apenas de notificação nas primeiras ocorrências, de modo a não comprometer a continuidade da contratação.
- 12.9. A Contratada poderá apresentar justificativa para a prestação dos serviços abaixo do nível de satisfação, que poderá ser aceita pela Contratante, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle da Contratada.
- 12.10. A critério da Contratante, a Contratada poderá ser penalizada com a rescisão contratual nas seguintes condições:


MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MDR

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
4ª Superintendência Regional

- 12.10.1. Em caso de reincidência de falhas penalizadas com o desconto de 10% (dez por cento) por mais de 3 (três) vezes durante a vigência do contrato ou a cada prorrogação, se houver;
- 12.10.2. Faixa de pontuação obtida abaixo de 25 (vinte e cinco) pontos;
- 12.10.3. A pontuação for inferior a 40 (quarenta) pontos por 3 (três) meses consecutivos.

13. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

13.1. Os profissionais selecionados pela CONTRATADA para a prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural (ATER) no Projeto Público de Irrigação Jacaré-Curituba deverão atender os seguintes requisitos:

13.1.1. A Contratação compreende à execução dos serviços de assistência técnica e extensão rural (ATER) para 701 famílias de pequenos produtores assentadas no Projeto Público de Irrigação Jacaré-Curituba, localizado nos municípios de Canindé de São Francisco e Poço Redondo, no estado de Sergipe, área de atuação da 4ª Superintendência Regional da CODEVASF, conforme especificações e quantitativos informados neste Termo de Referência e seus anexos;

13.1.2. Os serviços a serem executados pela equipe incluem todos os serviços de assistência técnica e extensão rural (ATER) para 701 famílias de pequenos produtores assentadas no Projeto Público de Irrigação Jacaré-Curituba, conforme especificados no Anexo IV deste Termo de Referência, e deverão ser prestados pelos profissionais listados na tabela abaixo, com os respectivos CÓDIGO BRASILEIRO DE OCUPAÇÃO:

Categoria Funcional	Área de atuação e tempo mínimo de experiência	Quant.	Salário básico
Assistente Social CBO 2516-05	Mobilização de produtores rurais ou serviços similares e experiência mínima de 06 meses.	01	R\$ 4.108,53
Técnico Agrícola CBO 3211-05	Assistência técnica e extensão rural ou serviços similares, com experiência mínima de 06 meses	04	R\$ 3.257,75
Auxiliar de Serviços Gerais CBO 5143-20	Serviços de manutenção de edificações	01	R\$ 1.476,64
TOTAL DE PROFISSIONAIS: 06			


MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MDR

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
4ª Superintendência Regional

- 13.1.3. As horas mensais estabelecidas aos profissionais que serão contratados por demanda na forma de homem-hora que constam na tabela de profissionais da mão de obra residente foram estimadas para serviços eventuais que vierem a ser necessários e que não possam ser supridos apenas pela mão de obra residente;
- 13.1.4. Os profissionais de mão de obra residente a serem fornecidos pela Contratada deverão possuir e atender as atribuições e requisitos estabelecidos no Anexo IV deste TR;
- 13.2. Visita ao Local dos Serviços
 - 13.2.1. As empresas interessadas poderão realizar a visita aos locais e instalações do fornecimento e da prestação dos serviços, de forma a obterem pleno conhecimento das condições e eventuais dificuldades para a sua execução, bem como de todas as informações necessárias a formulação da sua proposta de preços, na forma do item 5 deste TR.
- 13.3. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA serão aquelas estabelecidas nos itens 19 e 20 deste TR, respectivamente.

14. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

- 14.1. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual são o conjunto de ações que tem por objetivo aferir o cumprimento dos resultados previstos pela Administração para os serviços contratados, verificar a regularidade das obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como prestar apoio à instrução processual e o encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos a repactuação, alteração, reequilíbrio, prorrogação, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção dos contratos, dentre outras, com vista a assegurar o cumprimento das cláusulas avençadas e a solução de problemas relativos ao objeto, a serem executados pelos seguintes atores:
 - 14.1.1. Fiscal do Contrato: terá a função de acompanhar/avaliar as atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa, setorial e pelo público usuário, no que se refere a execução do objeto nos moldes contratados, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção do contrato, dentre outros;
- 14.2. As comunicações serão realizadas via ofício, e-mail, carta registrada (AR), ou dependendo da urgência ou necessidade da celeridade da informação via telefone, sendo que a contratada deverá o tratamento adequado as solicitações em todas as formas de comunicação elencadas.
 - 14.2.1. As comunicações entre a CODEVASF e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
 - 14.2.2. Os assuntos tratados na reunião inicial devem ser registrados em ata e, preferencialmente, estarem presentes o fiscal ou equipe responsável pela fiscalização do contrato, o preposto da empresa e, se for o caso, o servidor ou a equipe de Planejamento da Contratação;
 - 14.2.3. A CODEVASF realizará reuniões periódicas com o preposto, de modo a garantir a qualidade da execução e os resultados previstos para a prestação dos serviços;


MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MDR

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
4ª Superintendência Regional

14.2.4. As ocorrências acerca da execução contratual deverão ser registradas durante toda a vigência da prestação dos serviços, cabendo ao(s) fiscal(is), observadas suas atribuições, a adoção das providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais.

14.3. Da aferição e medição dos serviços:

14.3.1. Os serviços prestados pela Contratada e os materiais fornecidos serão avaliados por meio de 5(cinco) indicadores de qualidade, que são:

- **Atendimento do Cronograma de Execução dos Serviços**, pelo qual se procura comprovar que a CONTRATADA mostra rigoroso compromisso com o cronograma de execução dos serviços de ATER, conforme estabelecido neste Termo de Referência e seus anexos.
- **Conformidade da Execução dos Serviços de ATER**, pelo qual se verifica se a empresa contratada está observando as especificações técnicas e adotando a metodologia de execução preconizada no Termo de Referência (ANEXO IV), no desenvolvimento dos serviços de ATER.
- **Prazo de Atendimento de Ordens de Serviços**, pelo qual se verifica e avalia se a CONTRATADA é comprometida com os prazos hábeis estabelecidos para a execução das tarefas programadas, o atendimento de demandas eventuais para a correção de procedimentos, bem como, de alteração na rotina de atuação da equipe de ATER, em função de ocorrências circunstanciais.
- **Metodologia de Execução dos Serviços de ATER**, pelo qual se verifica se a CONTRATADA está adotando uma metodologia adequada ao conteúdo tecnológico que está sendo abordado durante a execução dos serviços de ATER, de preferência em consonância com o que previsto no Plano Anual de Trabalho, que deverá ser elaborado imediatamente após o início dos serviços, com a participação direta de representantes dos produtores e da CODEVASF.
- **Monitoria do Processo Produtivo**, pelo qual se verifica se a empresa está comprometida com o monitoramento das atividades desenvolvidas nos lotes irrigáveis, utilizando formulários apropriados para a coleta dos dados básicos do processo produtivo e de operação do sistema de irrigação, de forma sistemática e oportuna, conforme recomendado no presente Termo de Referência

14.3.2. Aos indicadores serão atribuídos pontos de avaliação que representarão o atendimento aos quesitos do contrato por parte da contratada.

14.3.3. A pontuação final dos serviços pode resultar em valores de 0 (zero) e 100 (cem), correspondentes respectivamente às situações de serviço atendido ou não com qualidade e em conformidade com o acordado com a fiscalização do contrato.

14.3.4. As tabelas a seguir apresentam os indicadores, as metas, os critérios e os mecanismos de cálculo estabelecidos para o contrato.

**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MDR**

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
4ª Superintendência Regional

INDICADOR Nº 01		
ATENDIMENTO AO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS (CE)		
ITEM	DESCRIÇÃO	
Finalidade	Garantir o cumprimento dos prazos contratuais relativos à execução dos serviços de ATER, em conformidade com o Termo de Referência.	
Meta a cumprir	Percentual de avanço dos serviços, conforme o cronograma de execução físico-financeira.	
Instrumento de medição	Relatórios mensais de execução dos serviços de ATER, fichas de monitoria e constatação de descumprimento de prazos, não registrado em relatório.	
Forma de acompanhamento	Fiscalização dos serviços, verificação da conformidade entre o cronograma de execução dos serviços de ATER e rotina de atuação da equipe técnica.	
Periodicidade	Mensal	
Início de vigência	Mês de competência seguinte ao do início da vigência do contrato.	
Critério de valoração do nível de qualidade do atendimento	O atendimento da programação dos serviços de ATER e frequência de visitas aos lotes irrigáveis = CE .	
Faixas de ajuste no pagamento da fatura relativa ao mês de competência	0,9 < CE ≤ 1,0	100% do valor faturado;
	0,8 < CE ≤ 0,9	95% do valor faturado;
	0,6 < CE < 0,8	90% do valor faturado.
Sanções adicionais	Reincidência de 0,6 < CE < 0,8: Aplicação de multa de 1,5% sobre o valor da mão de obra relativa à unidade de execução dos serviços cuja frequência não foi atendida.	
	Ocorrência de CE < 0,6: Aplicação de multa de 3% sobre o valor da mão de obra relativa à unidade de execução dos serviços, cuja frequência não foi atendida.	
Observações: a) Todas as ocorrências e impedimentos à realização dos serviços deverão ser registrados no Diário de Obra, para fins de verificação e validação pelo Fiscal		

**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MDR**

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
4ª Superintendência Regional

e subsidiar a apuração da pontuação de faixas de ajuste de pagamento.

- b) Caso haja algum impedimento para a execução de procedimentos preconizados no Termo de Referência que não seja controlável pela Contratada, deve ser registrado no Diário de Obra e comunicar ao Fiscal, para não incidir em sanções adicionais.

INDICADOR Nº 02		
CONFORMIDADE DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE ATER (ES)		
ITEM	DESCRIÇÃO	
Finalidade	Garantir que a execução dos serviços de ATER estejam em conformidade com as especificações técnicas e a metodologia de execução proposta no Termo de Referência (ANEXO IV).	
Meta a cumprir	Execução dos serviços de ATER em conformidade o previsto no Termo de Referência e as recomendações da Fiscalização.	
Instrumento de medição	Relatórios mensais de atividades, registros no Diário de Obras e notificação da Fiscalização.	
Forma de acompanhamento	Fiscalização direta da atuação da equipe de ATER, verificação da conformidade das rotinas do trabalho com as especificações técnicas constantes no Termo de Referência, reclamações dos produtores irrigantes etc.	
Periodicidade de avaliação	Trimestral, acumulando eventos a cada 03 meses seguidos.	
Início de vigência	Mês de competência seguinte ao do início da vigência do contrato.	
Critério de valoração do nível de qualidade do atendimento	O procedimento que não for executada em conformidade com o Termo de Referência receberá a pontuação de acordo com a tabela abaixo:	
ES = Execução dos Serviços	01 ponto: Procedimento de execução diária 02 Procedimento de execução semanal 03 Procedimento de execução mensal 04 Procedimento de execução trimestral 05 Procedimento recomendado pela Fiscalização Soma dos itens não cumpridos conforme o preconizado = ES .	
Faixas de ajuste no pagamento da fatura relativa ao mês de competência	ES ≤ 30	100% do valor faturado;
	30 < ES ≤ 50	95% do valor faturado;
	ES > 50	90% do valor faturado.

**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MDR**

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
4ª Superintendência Regional

Sanções adicionais	Em caso de reincidência injustificável de ES > 50: Aplicação de multa adicional de 1,5% aplicada sobre o valor da Nota Fiscal do mês de competência, além da redução da faixa de ajuste pertinente.
	Em caso de reincidência injustificável de ES > 50: Aplicação de multa adicional de 3% sobre o valor da Nota Fiscal, além da redução prevista na faixa de ajuste pertinente e da rescisão contratual.
<p>Observações: a) Todas as ocorrências deverão ser registradas no Diário de Obra para fins de verificação e validação pelo Fiscal, e servir de base de cálculo da pontuação do nível de qualidade dos serviços, a ser ajustado no pagamento da fatura.</p> <p>b) Caso haja algum impedimento para a execução de procedimentos preconizados no termo de Referência, incontável pela Contratada, esta deve comunicar imediatamente ao Fiscal, a fim de não implicar sanções adicionais.</p>	

INDICADOR Nº 03**PRAZO DE ATENDIMENTO DE ORDENS DE SERVIÇOS (OS)**

ITEM	DESCRIÇÃO	
Finalidade	Garantir o atendimento de demandas, em tempo hábil, para a correção de procedimentos, bem como, de alteração na rotina de atuação da equipe de ATER, em função de necessidades emergentes.	
Meta a cumprir	Atendimento da OS conforme o prazo requerido para execução dos serviços demandados e recomendação pela Fiscalização.	
Instrumento de medição	Ordem de Serviço (OS) protocolada, diário de obra e relatório do Fiscal.	
Forma de acompanhamento	Fiscalização e averiguação da conformidade dos serviços que foram demandados por meio da OS.	
Periodicidade de avaliação	A cada emissão de Ordem de Serviço (OS) para a correção de procedimentos e reorientação de atuação da equipe de ATER.	
Início de vigência	Mês de competência seguinte ao do início da vigência do contrato.	
Critério de valoração do nível de qualidade do atendimento	Cada Ordem de Serviço (OS) será verificada e avaliada de forma individual, quanto ao número de dias para o atendimento e as mudanças de rotina efetivadas, identificada por Alteração de Rotina = AR.	
Faixas de ajuste no pagamento da fatura relativa ao mês de competência	AR < 10d:	OS 100% atendida = 100% do valor faturado;
	10d < AR < 20d:	OS 50% atendida = 98% do valor faturado;
	20d < AR < 30d:	OS não atendida = 95% do valor faturado.
Sanções adicionais	25% das OS atendidas com AR de 20 a 30 dias: aplicação de multa de 1,0% sobre o valor da fatura do mês de competência.	

**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MDR**

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
4ª Superintendência Regional

	25% a 50% de OS atendidas com AR de 20 a 30 dias: a multa a ser aplicada aumenta para 2% sobre o valor da fatura do mês de competência.
	Não atendimento de OS no prazo requerido, sem justificativa convincente: aplicação de multa de 3% sobre o valor da fatura do mês de competência, sem prejuízo de outras sanções que já estão previstas no contrato.
<p>Observações: a) Todas as Ordens de Serviço (OS) deverão ser registradas no Diário de Obra para fins de verificação e validação pela Fiscalização, e servir de base para cálculo da pontuação do nível de qualidade do atendimento, a ser ajustado no pagamento da fatura do mês competente.</p> <p>b) Caso haja algum impedimento para o cumprimento de alguma OS que não possa ser solucionado pela Contratada, deve ser comunicado ao Fiscal, para não ser considerado na incidência de sanções adicionais.</p>	

INDICADOR Nº 04**METODOLOGIA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE ATER**

ITEM	DESCRIÇÃO	
Finalidade	Garantir que a equipe de ATER execute os serviços utilizando metodologia de difusão de tecnologia apropriada ao conteúdo técnico e ao público-meta, bem como, em conformidade com a mensagem que está sendo transmitida.	
Meta a cumprir	Métodos de apropriação e difusão de técnicas e processos em conformidade com o conteúdo técnico e a finalidade da ação.	
Instrumento de medição	Cotejamento entre conteúdo técnico em fase de apropriação ou difusão e a metodologia de ação que está sendo empregada pela equipe de ATER.	
Forma de acompanhamento	Análise de relatórios mensais de ATER e de acompanhamento de UO, UD ou UOD, registro no Diário de Obras e verificação direta da atuação da equipe de ATER pelo Fiscal do contrato.	
Periodicidade de avaliação	Trimestral, com cumulação das ocorrências de cada 03 meses seguidos de atuação da equipe de ATER.	
Início de vigência	Mês de competência seguinte ao mês de início da vigência do contrato.	
Critério de valoração do nível de qualidade do atendimento	Utilização de métodos de difusão de tecnologia conforme seja a finalidade do conteúdo técnico:em fase de apropriação ou em processo de difusão junto ao público-meta da equipe de ATER. A Utilização do Método Adequado = UMA	
Faixas de ajuste no pagamento da fatura relativa ao mês de competência	UMA de 70% a 100% das ações	100% do valor faturado;
	UMA de 40% a 70% das ações	98% do valor faturado;

**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MDR**

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
4ª Superintendência Regional

	UMA de < 40% das ações	95% do valor faturado.
Sanções adicionais	<p>Repetição da faixa de 40% a 70% por 03 meses seguidos: aplicação de multa de 1% sobre o valor da fatura do último mês do trimestre, por perda de qualidade dos serviços prestados. Após a aplicação da multa, inicia-se nova série e 03 meses.</p> <p>Repetição da faixa < 40% em 03 meses seguidos, aplicação de multa de 2% sobre o valor da fatura do último mês do trimestre, por perda de qualidade dos serviços.</p>	
Observações:	<p>Caso haja alguma dificuldade para a utilização de métodos de apropriação e de difusão de novas tecnologias e práticas agrícolas, que não estejam no controle da equipe de ATER, a Fiscalização deve tomar conhecimento para que não seja considerado na incidência de sanções adicionais por falta de qualidade dos serviços prestados.</p>	

INDICADOR Nº 05**MONITORIA DO PROCESSO PRODUTIVO**

ITEM	DESCRIÇÃO	
Finalidade	Garantir que o monitoramento do processo produtivo dos lotes irrigáveis esteja sendo realizado em conformidade com o previsto com as especificações técnicas e a metodologia de execução proposta no Termo de Referência (ANEXO IV).	
Meta a cumprir	Coleta mensal de dados do processo produtivo de todos os lotes do Projeto Público de Irrigação Jacaré-Curituba, utilizando um formulário padrão apropriado.	
Instrumento de medição	Relatório de monitoria com os dados do processo produtivo coletados, consolidados por lote irrigável, setor operacional e do projeto público de irrigação em geral.	
Forma de acompanhamento	Análise de relatório mensal de atividades da equipe de ATER, o qual inclui o relatório mensal de monitoria.	
Periodicidade de avaliação	Mensal.	
Início de vigência	Mês de início da vigência do contrato.	
Critério de valoração do nível de qualidade do atendimento	Quantidade de lotes em que os dados foram coletados e não apresentam erros, entregues até o 15º dia do mês seguinte ao de competência. Indicador representado por RM .	
Faixas de ajuste no pagamento da fatura relativa ao mês de competência	RM de 100% dos lotes, com dados corretos, entregues no prazo:	100% do faturado;
	RM de 80% a 99% dos lotes, com dados corretos, entregues no prazo:	98% do faturado;
	RM de 50% a 79% dos lotes, com	95% do faturado.

**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MDR**

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
4ª Superintendência Regional

	dados corretos, entregues no prazo:	
Sanções adicionais	RM entregue após o 15º dia do mês seguinte ao mês de sua competência, correto ou não, implicará sanções adicionais nas seguintes bases: entregues entre de 16 a 30 dias após o 15º dia do mês seguinte ao de competência, acarretará multa de 0,5% sobre o faturamento;	
	Sendo um atraso de 31 a 45 dias seguidos, após o 15º dia do mês seguinte ao de competência, a multa aumenta para 1% sobre o faturamento do mês de competência do relatório;	
	Se o atraso ultrapassar os 45 dias seguidos, considera-se que uma obrigação contratual deixou de ser cumprida e as sanções serão aplicadas de acordo com a legislação vigente.	
Observações :	Caso haja algum impedimento para o cumprimento das ordens de serviços dentro dos padrões de tempo ajustados, que não possa ser superado pela Contratada, nem possa ser coberto com o orçamento pertinente ao contrato, deve ser comunicado à Fiscalização, para que não seja considerado na incidência das sanções adicionais.	

14.4. Faixas para o ajuste de pagamento

14.4.1. As pontuações aplicadas devem ser totalizadas para o mês de referência, conforme métodos apresentados nas tabelas de indicadores acima.

14.4.2. A soma das pontuações obtidas para cada indicador resultará em uma pontuação final no intervalo de 0 a 100 pontos, conforme fórmula a seguir:

- Pontuação total do contrato = Pontos (Indicador nº 1) + Pontos (Indicador nº 2) + Pontos (Indicador nº 3) + Pontos (Indicador nº 4) + Pontos (Indicador nº 5) + Pontos (Indicador nº 6).

14.4.3. Os pagamentos a serem realizados no contrato, relativos a cada mês de referência, devem ser ajustados pela pontuação total do contrato, conforme tabela e fórmula a seguir:

Faixas de pontuação de ajuste	Pagamento devido	Fator de ajuste a ser aplicado ao contrato
De 80 a 100 pontos	100% do valor previsto	1,00
De 70 a 79 pontos	97% do valor previsto	0,97
De 60 a 69 pontos	95% do valor previsto	0,95
De 50 a 59 pontos	93% do valor previsto	0,93
De 40 a 49 pontos	90% do valor previsto	0,90
Abaixo de 40 pontos	90% do valor previsto mais multa	0,90 + avaliar necessidade de aplicação de multa contratual


MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MDR

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
4ª Superintendência Regional

- 14.4.4. Valor devido após ajuste = {(Valor mensal previsto) X (Fator de ajuste a ser aplicado ao contrato)}.
- 14.4.5. A avaliação ABAIXO de 40 pontos por até três vezes, no período de 12 meses, ensejará a rescisão do contrato.
- 14.5. Do processo de pagamento:
- Os pagamentos das obras e serviços de engenharia serão efetuados em reais, com base nas medições de cada etapa/evento do cronograma físico-financeiro, e contra a apresentação da Fatura/Notas Fiscais, devidamente atestada pela fiscalização da CODEVASF, formalmente designada, e do respectivo Boletim de medição referente ao mês de competência, observando-se o disposto nos subitens seguintes:
- 14.5.1. A CODEVASF pagará à Contratada mediante a apresentação de faturas mensais, que deverão ser acompanhadas de Relatório Mensal de Execução dos serviços, e parecer da Fiscalização por meio do Relatório de Acompanhamento Técnico, atestando a execução dos serviços e atividades realizadas no período.
- 14.5.2. Para efeito de apuração do valor de cada parcela devida serão aplicados os preços ofertados na Proposta de Preços da Contratada, observando-se que os custos referentes à equipe técnica serão medidos e pagos mensalmente através da apuração dos serviços prestados, com base nos preços unitários propostos e na efetiva utilização dos seus integrantes na realização dos serviços.
- 14.5.3. Nos preços apresentados pelo Licitante deverão estar incluídos todos os custos diretos e indiretos para a execução dos serviços, de acordo com as condições previstas neste TR e seus anexos, constituindo-se na única remuneração possível de ser atribuída pelos trabalhos contratados e executados.
- 14.5.4. A Contratada não poderá pagar salários inferiores aos indicados na Proposta.
- 14.5.5. A Contratada deverá apresentar, junto com a fatura mensal, comprovante dos salários pagos e comprovantes do pagamento dos encargos sociais e trabalhistas (FGTS) e do ISS do mês anterior.
- 14.5.6. Considera-se que a aplicação da forma de pagamento definida nestes Termos de Referência remunera inteiramente a Contratada pela execução dos serviços, incluindo:
- Custo de mão-de-obra, salários, acordos, dissídios coletivos, equipamentos, veículos, material de consumo, etc.;
 - Custos devidos a títulos de encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, securitárias, rescisão de contrato de pessoal, etc., conforme a legislação brasileira;
 - Remuneração de escritório e despesas fiscais; e
 - Moradia, alimentação e transporte.

15. FARDAMENTO

- 15.1. Os uniformes a serem fornecidos pela Contratada a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão Contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto nos itens seguintes.
- 15.2. O uniforme deverá compreender as peças do vestuário com as respectivas quantidades:


MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MDR

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
4ª Superintendência Regional

Fardamento

- | | |
|----|--|
| 01 | Boné em Brim com Logomarca da Contratada |
| 01 | Calça em Brim ou Jeans com Logomarca da Contratada |
| 02 | Camisa Polo com Logomarca da Contratada |
| 01 | Crachá de PVC com Foto Digital e Identificação Funcional |
| 01 | Capa de Chuva em PVC com Forro |

15.3. No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados.

15.4. Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

16. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS
16.1. INSTALAÇÕES

- 16.1.1. A CODEVASF disponibilizará uma sala na sede administrativa do Projeto Público de Irrigação Jacaré-Curituba para a CONTRATADA montar o escritório local.

16.2. ADMINISTRAÇÃO LOCAL

- 16.2.1. Conforme previsto nas planilhas esses serviços deverão incluir os custos das atividades administrativas locais, que se resumem a equipamentos de informática e materiais para escritório.
- 16.2.2. O gerenciamento das atividades administrativas locais deverá ser desenvolvido pelo Coordenador e sua equipe, que juntos executarão o controle das atividades de recursos humanos, compras, controle de estoque, contabilidade, finanças relacionadas ao contrato.
- 16.2.3. A CONTRATADA deverá manter, de forma organizada e a disposição da Fiscalização da CODEVASF, todos os dados administrativos referentes ao Contrato.

16.3. MÓVEIS E EQUIPAMENTOS

- 16.3.1. A CONTRATADA deverá disponibilizar, os seguintes móveis, equipamentos, instrumentos e ferramentas, conforme planilha PFS-III – Despesas Gerais Fornecimentos (ANEXO V):

Móveis e equipamentos	Unid.	Quantidade
Cadeira secretária fixa pé palito	unid.	10
Mesa para escritório com 02 gavetas 120cm	unid.	5
Armário Multiuso com 2 Portas com chave 5 prateleiras em aço	unid.	2

**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MDR**

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
4ª Superintendência Regional

Condicionador de ar 12.000 Btus split 110V - frio	unid.	1
Bebedouro de coluna com refrigeração e garrafão de 20 litros	unid.	1
Impressora multifuncional tanque de tinta colorida	unid.	1
Notebook com processador Intel Core 8a i5, memória de 8 GB, 1 TB de HD, 1,6 GHz, Windows 10	unid.	5
Cadeira giratória para escritório - modelo presidente	unid.	5

16.3.2. As especificações dos móveis e equipamentos devem ser compatíveis com a execução dos serviços, dotando os escritórios de boas condições de trabalho para atuação da equipe e atendimento aos produtores.

16.3.3. Os notebooks deverão ter configuração mínima de: Processador I5 1,6 GHZ ou superior; 8 Gb de memória RAM; HD de 1 T; leitor e gravador de CD, DVD; tela 14 polegadas. Todos os notebooks deverão ser novos.

16.3.4. As despesas relativas aos móveis, equipamentos e ferramentas deverão constar do quadro PFS-III (Despesas Gerais Fornecimentos).

16.3.5. Ao final do contrato, os móveis e equipamentos listados no subitem 16.3.1 serão transferidos para o patrimônio da CODEVASF.

16.4. PROGRAMAS DE COMPUTADOR

16.4.1. A LICITANTE deverá prever também despesas, para os notebooks, com programas de computador (softwares). Sugere-se a utilização de programas compatíveis com os de uso consagrado, tais como o programa Windows 10 ou superior e o pacote Microsoft Office® 2016 ou superior.

16.4.2. As despesas relativas aos programas de computador deverão constar do quadro PFS-III (Despesas Gerais - Fornecimentos).

16.5. DESLOCAMENTO DA EQUIPE (VEÍCULOS)

16.5.1. A CONTRATADA deverá proporcionar meios de locomoção para que os membros da equipe de ATER possam desempenhar as atribuições previstas no ANEXO IV – Especificações Técnicas, conforme quadro abaixo

Veículos	Automóveis	Motocicletas
Assistente Social	01	-
Técnicos Agrícolas	-	04
TOTAL	01	04

16.5.2. A CONTRATADA deverá manter durante toda a vigência do contrato, uma frota de veículos em perfeitas condições de uso para a prestação dos serviços de assistência técnica e extensão rural.


MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MDR

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
4ª Superintendência Regional

- 16.5.3. Os veículos deverão ser novos, ou com no máximo seis meses de uso, e seus custos deverão incluir todas as despesas com combustível, manutenção, troca de óleo, licenciamentos, seguros e outras despesas intrínsecas deste serviço.
- 16.5.4. A frota de veículos Contratada deverá observar todos os requisitos e condições de segurança estabelecidos pelo Código de Trânsito Brasileiro e normas do CONTRAN.
- 16.5.5. Com a devida autorização da Fiscalização da CODEVASF, a Contratada poderá locar os automóveis para atender estas especificações, desde que os mesmos atendam a todas as exigências anteriores. Quanto as motocicletas, estas deverão ser adquiridas pela Contratada.
- 16.5.6. Os veículos deverão usar adesivos com os logotipos da Contratada, de acordo com modelo previamente aprovado pela Fiscalização, com os dizeres:

‘VEÍCULO A SERVIÇO DA CODEVASF’

Quantidade	Especificação
01	Veículo automotor de carga leve do tipo ‘Pick-Up’, cabine dupla, com motor 1.6 litros ou superior, com potência de 100 cv ou superior, bicomcombustível (Flex), transmissão mecânica com 05 marchas sincronizadas à frente e 01 à ré, capacidade mínima de carga de 650 kg, direção hidráulica, protetor de caçamba, ganchos para amarração de carga, grade protetora do vidro traseiro, estribos antiderrapante no para-choque traseiro, suspensão traseira elevada, protetor de cárter, tapetes, ar condicionado e rádio com MP3.
04	Motocicletas tipo trail, com cilindrada mínima de 150cc, partida elétrica.

- 16.5.7. Não será permitida a locação de veículos de propriedade de técnicos e/ou de funcionários da Contratada, nem de pessoas físicas.
- 16.5.8. A LICITANTE deverá prever e incluir na sua Proposta Financeira, custos com combustível, lubrificantes, manutenção, depreciação, licenciamento, seguro e impostos dos veículos em sua Proposta Financeira.
- 16.5.9. Para fins de dimensionamento dos custos de deslocamento, a Licitante deverá considerar que cada automóvel percorrerá em média 2.600 km/mês (dois mil e seiscentos quilômetros por mês) e que cada motocicleta percorrerá em média 2.500 km/mês (dois mil e quinhentos quilômetros por mês).
- 16.5.10. A CONTRATADA deverá repor os veículos (automóveis e motocicletas) sem condições de uso no prazo máximo de 36 horas.
- 16.6. SERVIÇOS GRÁFICOS


MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MDR

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
4ª Superintendência Regional

- 16.6.1. Os Relatórios de Execução de Serviços (mensal, anual e final), bem como os relatórios específicos solicitados e demais documentos deverão ser emitidos pela CONTRATADA em duas vias impressas e em meio digital.
- 16.6.2. O documento Programa de Trabalho deverá ser emitido pela CONTRATADA em duas vias impressas e em meio eletrônico.
- 16.6.3. A LICITANTE deverá prever despesas gráficas relativas à emissão de laudos técnicos, projetos de crédito rural e outros.

17. PRAZO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- 17.1. A execução dos serviços será iniciada imediatamente após o encaminhamento formal da ordem de serviço pela contratante à contratada.
- 17.2. O prazo para execução dos serviços será de 01 (um) ano, contado a partir da data da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos após avaliação da qualidade dos serviços prestados, dos preços praticados no mercado, de forma a manter a condição mais vantajosa para a Administração, limitado a 05 (cinco) anos, mediante manifestação expressa das partes e celebração de termo aditivo, na forma do art. 71 da Lei n.º 13.303/2016.

18. REPACTUAÇÃO E REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

- 18.1. Repactuação dos preços de mão de obra
 - 18.1.1. Será permitida a repactuação dos valores de mão de obra do contrato visando à adequação aos novos preços de mercado, desde que seja observado o interregno mínimo de um ano, a contar da data do orçamento para os quais a proposta se refere e com a demonstração analítica da variação dos componentes dos custos do contrato, devidamente justificada.
 - 18.1.2. Será considerado como data do orçamento a que a proposta se referir a data do acordo coletivo, convenção, dissídio coletivo de trabalho ou equivalente. A Contratada deverá informar na sua proposta a data do instrumento, que estipulou o salário vigente à época da apresentação da proposta. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de antecipação e de benefícios não previstos originariamente.
- 18.2. Reajustamento de preços dos serviços e fornecimentos
 - 18.2.1. Os preços permanecerão válidos por um período de um ano, contados da data de apresentação da proposta. No caso do contrato vir a ser aditado para um novo período de um ano, os serviços objeto do contrato; locação de veículos em motocicletas, além das despesas (gerais, de viagem e gráficas) serão reajustados através da aplicação de índices de reajustamento paramétricos preestabelecidos conforme a fórmula apresentada a seguir (certificando-se que todos os índices empregados estejam referidos à mesma data base):

$R = V \times (I1 - I0)/I0$, onde:

R = valor do reajuste procurado;

V = valor contratual do serviço/fornecimento a ser reajustado;

I0 = índice inicial – referente ao índice de custos ou de preços correspondentes ao mês de apresentação da proposta;



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MDR

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
4ª Superintendência Regional

I1 = índice relativo ao mês de aniversário da proposta (IPCA/IBGE).

19. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Proporcionar todas as condições para que a Contratada possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do Contrato, do Edital e seus Anexos, especialmente do Termo de Referência;

- 19.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 19.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 19.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
- 19.4. Não permitir que os empregados da Contratada realizem horas extras, exceto em caso de comprovada necessidade de serviço, formalmente justificada pela autoridade do órgão para o qual o trabalho seja prestado e desde que observado o limite da legislação trabalhista;
- 19.5. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos.
- 19.6. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.
- 19.7. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
 - 19.7.1. Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
 - 19.7.2. Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;
 - 19.7.3. Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e
 - 19.7.4. Considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 19.8. Fiscalizar mensalmente, por amostragem, o cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, especialmente:
 - 19.8.1. A concessão de férias remuneradas e o pagamento do respectivo adicional, bem como de auxílio-transporte, auxílio-alimentação e auxílio-saúde, quando for devido;
 - 19.8.2. O recolhimento das contribuições previdenciárias e do FGTS dos empregados que efetivamente participem da execução dos serviços contratados, a fim de verificar qualquer irregularidade;
 - 19.8.3. O pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato.


MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MDR

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
4ª Superintendência Regional

19.9. Analisar os termos de rescisão dos contratos de trabalho do pessoal empregado na prestação dos serviços no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, após a extinção ou rescisão do contrato.

20. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

20.1. A empresa contratada deverá apresentar à CODEVASF antes do início dos trabalhos, os seguintes documentos:

- 20.1.1. Relação dos serviços especializados que serão subcontratados, considerando as condições estabelecidas neste Termo de Referência.
- 20.1.2. As Anotações de Responsabilidade Técnica – ART's referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos da Lei nº. 6.496/77, juntamente com o registro dos responsáveis técnicos pelos serviços objeto desta licitação, conforme Resolução nº 317 de 31/10/86.
- 20.1.3. Declaração, nota fiscal ou proposta do fabricante/distribuidor comprovando preços, com garantia de fornecimento, dos principais insumos.
- 20.1.4. Currículo simplificado dos empregados que exercerão as funções que exigem formação em nível superior/técnica e relação com o nome, formação profissional e a função de todos os colaboradores a serem mobilizados para cumprimento do objeto do contrato;
- 20.1.5. Declaração de responsabilidade exclusiva da contratada sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato;
- 20.1.6. Indicação do preposto da contratada para representa-la na execução do contrato.

20.2. A Contratada obriga-se a:

- 20.2.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;
- 20.2.2. Manter o empregado nos horários predeterminados pela Administração;
- 20.2.3. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 20.2.4. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 20.2.5. Disponibilizar à Contratante os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;
- 20.2.6. Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto neste Termo de Referência, sem repassar quaisquer custos a estes;
- 20.2.7. As empresas contratadas que sejam regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) deverão apresentar a seguinte documentação no primeiro mês de prestação dos serviços, conforme alínea "g" do item 10.1 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MPDG nº 5/2017:
 - Relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, salário, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de


MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MDR

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
4ª Superintendência Regional

Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

- Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela contratada; e
- Exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços;
- Declaração de responsabilidade exclusiva da contratada sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais e as demais previstas em legislação específica decorrentes do contrato;
- Os documentos acima mencionados deverão ser apresentados para cada novo empregado que se vincule à prestação do contrato administrativo. De igual modo, o desligamento de empregados no curso do contrato de prestação de serviços deve ser devidamente comunicado, com toda a documentação pertinente ao empregado dispensado, à semelhança do que se exige quando do encerramento do contrato administrativo.

20.3. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada cujos empregados vinculados ao serviço sejam regidos pela CLT deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MPDG n. 5/2017;

20.4. Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;

20.5. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Administração;

20.6. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

20.7. Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:

20.7.1. Viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

20.7.2. Viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

20.8. Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.

**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MDR**

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
4ª Superintendência Regional

- 20.9. Manter preposto nos locais de prestação de serviço, aceito pela Administração, para representá-la na execução do contrato;
- 20.10. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- 20.11. Fornecer, sempre que solicitados pela Contratante, os comprovantes do cumprimento das obrigações previdenciárias, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, e do pagamento dos salários e demais benefícios trabalhistas dos empregados colocados à disposição da Contratante;
- 20.11.1. A ausência da documentação pertinente ou da comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e relativas ao FGTS implicará a retenção do pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, mediante prévia comunicação, até que a situação seja regularizada, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.
- 20.11.2. Ultrapassado o prazo de 15 (quinze) dias, contados na comunicação mencionada no subitem anterior, sem a regularização da falta, a Administração poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.
- O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela contratante para acompanhar o pagamento das respectivas verbas.
- 20.12. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 20.13. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas e manter situação regular junto ao Cadastro Informativo de Créditos do Setor Público Federal – CADIN, conforme disposto no Artigo 6º da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002;
- 20.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 20.15. Não se beneficiar da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006;
- 20.16. Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art.17, XII, art.30, §1º, II e do art. 31, II, todos da LC 123, de 2006.
- 20.16.1. Para efeito de comprovação da comunicação, a contratada deverá apresentar cópia do ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.
- 20.17. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 20.18. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato.


MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MDR

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
4ª Superintendência Regional

- 20.19. Providenciar junto ao CREA as Anotações de Responsabilidade Técnica – ART's referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos da Lei nº 6.496/77, apresentando as mesmas à fiscalização da CODEVASF.
- 20.20. Assumir a inteira responsabilidade pelo transporte interno e externo do pessoal e dos insumos até o local dos serviços e fornecimentos.
- 20.21. Na hipótese de eventuais Termos Aditivos, que venham acrescentar o valor da contratação, a contratada deverá reforçar a caução inicial durante a execução dos serviços contratados, de forma a totalizar sempre 5,0% (cinco por cento) do valor vigente do contrato (preços iniciais mais aditivos e reajustamentos quando aplicável).
- 20.22. Caso a contratada seja registrada em região diferente daquela em que serão executados os serviços objeto deste TR, deverá apresentar visto, novo registro ou dispensa de registro, em conformidade com disposto nos arts. 5º, 6º e 7º da Resolução CONFEA nº 336 de 27 de outubro de 1989.
- 20.23. Caberá à contratada obter e arcar com os gastos de todas as licenças e franquias, pagar encargos sociais e impostos municipais, estaduais e federais que incidirem sobre a execução dos serviços
- 20.24. Durante a execução dos serviços, caberá à empresa contratada as seguintes medidas:
- 20.24.1. Obedecer às normas de higiene e prevenção de acidentes, a fim de garantir a salubridade e a segurança na execução dos serviços objeto deste TR.
 - 20.24.2. Responder financeiramente, sem prejuízo de medidas outras que possam ser adotadas por quaisquer danos causados à União, Estado, Município ou terceiros, em razão da execução dos serviços.
 - 20.24.3. Fazer com que os componentes da equipe de mão-de-obra exerçam suas atividades, devidamente uniformizados, em padrão único (farda) e fazendo uso dos equipamentos de segurança requeridos para as atividades desenvolvidas, em observância à legislação pertinente, quando couber.
- 20.25. Na execução dos serviços objeto da presente licitação a contratada deverá atender às seguintes normas e práticas complementares:
- 20.25.1. Códigos, leis, decretos, portarias e normas federais, estaduais e municipais, inclusive normas de concessionárias de serviços públicos, e as normas técnicas da CODEVASF;
 - 20.25.2. Instruções e resoluções dos órgãos do sistema CREA-CONFEA;
- 20.26. A contratada deverá investir em medidas de promoção da ética e de prevenção da corrupção que contribuam para um ambiente mais íntegro, ético e transparente no setor privado e em suas relações como o setor público, comprometendo-se a atuar contrariamente a quaisquer manifestações de corrupção, atuando junto a seus fornecedores e parceiros privados a também conhecer e cumprir as previsões da Lei nº 12.846/2013 e do Decreto nº 8.420/15, abstendo-se, ainda, de cometer atos tendentes a lesar a Administração Pública, denunciando a prática de irregularidades que tiver conhecimento por meios dos canais de denúncias disponíveis.
- 20.27. A Contratada deverá apresentar relatórios das atividades desenvolvidas pela equipe contratada, com base no Plano de Trabalho, sendo eles:
- 20.27.1. Relatório mensal e anual, conforme definido no item 2 deste Termo de Referência e no subitem 5.4 do ANEXO IV;
 - 20.27.2. Relatório Gerencial, conforme definido no item 2 deste Termo de Referência e no subitem 5.4 do ANEXO IV;


MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MDR

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
4ª Superintendência Regional

20.27.3. Relatório Final, conforme definido no item 2 deste Termo de Referência e no subitem 5.4 do ANEXO IV.

20.28. A empresa contratada entende e aceita que o pleno cumprimento de todas as obrigações é condicionante para:

20.28.1. Emissão, pela CODEVASF, do Atestado de Execução do fornecimento/serviços.

20.28.2. Emissão do Termo de Encerramento Físico (TEF).

20.28.3. Liberação da Caução Contratual.

21. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

22. O CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

22.1. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual são o conjunto de ações que tem por objetivo aferir o cumprimento dos resultados previstos pela Administração para o serviço contratado, verificar a regularidade das obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como prestar apoio à instrução processual e o encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos a repactuação, alteração, reequilíbrio, prorrogação, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção do contrato, dentre outras, com vista a assegurar o cumprimento das cláusulas avençadas e a solução de problemas relativos ao objeto.

22.2. O conjunto de atividades de gestão e fiscalização compete ao gestor da execução do contrato, podendo ser auxiliado pela fiscalização técnica, administrativa, setorial e pelo público usuário, de acordo com as seguintes disposições:

22.2.1. Gestão da Execução do Contrato: é a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa, setorial e pelo público usuário, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção do contrato, dentre outros;

22.2.2. Fiscalização Técnica: é o acompanhamento com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação dos serviços estão compatíveis com os indicadores de níveis mínimos de desempenho estipulados no ato convocatório, para efeito de pagamento conforme o resultado, podendo ser auxiliado pela fiscalização pelo público usuário;

22.2.3. Fiscalização Administrativa: é o acompanhamento dos aspectos administrativos da execução dos serviços, quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como quanto às providências tempestivas nos casos de inadimplemento;

22.2.4. Fiscalização Setorial: é o acompanhamento da execução do contrato nos aspectos técnicos ou administrativos, quando a prestação dos serviços ocorrer concomitantemente em setores distintos ou em unidades desconcentradas de um mesmo órgão ou entidade; e

22.2.5. Fiscalização pelo Público Usuário: é o acompanhamento da execução contratual por pesquisa de satisfação junto ao usuário, com o objetivo de aferir os resultados da prestação

**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MDR**

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
4ª Superintendência Regional

dos serviços, os recursos materiais e os procedimentos utilizados pela contratada, quando for o caso, ou outro fator determinante para a avaliação dos aspectos qualitativos do objeto.

22.2.6. Quando a contratação exigir fiscalização setorial, o órgão ou entidade deverá designar representantes nesses locais para atuarem como fiscais setoriais.

22.3. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

22.4. A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

22.5. Fica assegurado aos técnicos da CODEVASF o direito de a seu exclusivo critério, acompanhar, fiscalizar e participar, total ou parcialmente, diretamente ou por meio de terceiros, da execução dos serviços prestados pela CONTRATADA, com livre acesso ao local de trabalho para obtenção de quaisquer esclarecimentos julgados necessários à execução dos serviços.

22.6. A fiscalização terá poderes para agir e decidir perante a licitante vencedora, inclusive rejeitando serviços que estiverem em desacordo com o Contrato, com as Normas Técnicas da ABNT e com a melhor técnica consagrada pelo uso, obrigando-se desde já a licitante vencedora assegurar e facilitar o acesso da Fiscalização, aos serviços e a todos os elementos que forem necessários ao desempenho de sua missão.

22.7. Acompanhar a execução dos serviços objeto do contrato, “in loco”, como representante da CODEVASF, de forma a garantir o cumprimento do que foi pactuado, observando para que não haja subcontratação de serviços vedados no instrumento assinado pelas partes.

22.8. Esclarecer dúvidas ou fornecer informações solicitadas pelo preposto/representante da CONTRATADA ou, quando não estiverem sob sua alçada, encaminhá-las a quem compete.

22.9. Checar se a contratada disponibilizou equipamentos, ferramentas, peças de reposição e materiais de consumo e recursos humanos previstos para a execução dos serviços.

22.10. A Fiscalização terá plenos poderes para sustar qualquer serviço, todo ou em parte, que não esteja sendo executado dentro dos termos do Contrato, dando conhecimento do fato à Gerência Regional de Empreendimentos de Irrigação, responsável pelo acompanhamento da execução do Contrato.

22.11. Notificar a CONTRATADA sobre quaisquer ocorrências encontradas em desconformidade com as cláusulas contratuais, sempre por escrito, com prova de recebimento da notificação.

22.12. Atestar as notas fiscais e encaminhá-las ao titular da unidade orgânica demandante, para providências quanto ao pagamento.

22.13. Receber e encaminhar ao titular da unidade orgânica demandante, para providências, os pedidos de reajuste/re pactuação e reequilíbrio econômico financeiro.

22.14. Manter controle sobre o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade e encaminhar processo ao titular da unidade orgânica demandante, no caso de solicitação de prorrogação do prazo de vigência contratual.

22.15. Analisar e emitir nota técnica referente aos pedidos de prorrogação de prazos, de interrupções na execução do objeto, de serviços extraordinários, de modo a subsidiar a decisão final pela autoridade competente.


MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MDR

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
4ª Superintendência Regional

- 22.16. Informar à unidade de finanças, mediante Termo de Encerramento Físico – TEF, quanto ao término da vigência do contrato, para providências no sentido de liberação da garantia contratual em favor da CONTRATADA.
- 22.17. Receber, provisória e definitivamente, as aquisições ou serviços sob sua responsabilidade, mediante recibo ou Termo Circunstanciado, quando não for designada comissão de recebimento ou outro empregado.
- 22.18. Acompanhar e cobrar da CONTRATADA a execução de planos ou programas ambientais, quando houver, tomando providências para minimizar impactos de acidentes ambientais.
- 22.19. Realizar vistorias nos serviços e fornecimentos e verificar sua conformidade com as normas aplicáveis e com as orientações técnicas, indicações de segurança e uso de Equipamentos de Proteção Individual – EPI's, quando couber.
- 22.20. Cabe à Fiscalização verificar a ocorrência de fatos para os quais haja sido estipulada qualquer penalidade contratual. A Fiscalização informará ao setor competente quanto ao fato, instruindo o seu relatório com os documentos necessários, e em caso de multa, a indicação do seu valor.
- 22.21. A ação e/ou omissão, total ou parcial, da Fiscalização não eximirá a CONTRATADA da integral responsabilidade pela execução do objeto deste contrato.
- 22.22. A Fiscalização deverá verificar, periodicamente, no decorrer da execução do contrato, se a CONTRATADA mantém, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, comprovada mediante consulta ao SICAF, CADIN ou certidões comprobatórias.
- 22.23. No que se refere à garantia do cumprimento das obrigações trabalhistas nas contratações, fica determinado o provisionamento de valores, a ser realizada pela CODEVASF, no valor mensal do contrato, para o pagamento de férias, 13º (décimo terceiro) salário e verbas rescisórias aos trabalhadores da contratada, que serão depositados em conta vinculada, doravante, denominada conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação, aberta em nome do prestador de serviço, conforme o disposto no Anexo VII da Instrução Normativa nº 05/2017 – SLTI/MPOG.
- 22.24. Os valores provisionados na forma do subitem 22.23 somente serão liberados para o pagamento das verbas de que trata, nas condições a seguir:
- 22.24.1. Parcial e anualmente, pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário dos empregados vinculados ao contrato, quando devido;
 - 22.24.2. Parcialmente, pelo valor correspondente às férias e a um terço de férias previsto na Constituição, quando do gozo de férias pelos empregados vinculados ao contrato;
 - 22.24.3. Parcialmente, pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário proporcional, férias proporcionais e à indenização compensatória por ventura devida sobre o FGTS, quando da dispensa de empregado vinculado ao contrato; e
 - 22.24.4. Ao final da vigência do contrato, para o pagamento das verbas rescisórias.
 - 22.24.5. Os casos de comprovada inviabilidade de utilização da conta vinculada deverão ser justificados pela autoridade competente.
 - 22.24.6. O saldo existente na conta vinculada apenas será liberado com a execução completa do contrato, após a comprovação, por parte da empresa, da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado.


MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MDR

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
4ª Superintendência Regional

22.25. Das decisões da Fiscalização, poderá a licitante vencedora recorrer à Gerência Área de Gestão dos Empreendimentos de Irrigação, responsável pelo acompanhamento do Contrato, em um prazo inicialmente de 10(dez) dias úteis para defesa prévia e, posteriormente, diante de uma eventual decisão que lhe tenha sido desfavorável, terá mais um prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da respectiva comunicação. Os recursos relativos a multas serão feitos na forma prevista no respectivo item. A ação e/ou omissão, total ou parcial, da Fiscalização não eximirá a licitante vencedora da integral responsabilidade pela execução do objeto deste contrato.

22.26. Quando do início dos trabalhos, a Fiscalização deverá realizar os seguintes procedimentos:

22.26.1. Deve ser elaborada planilha-resumo de todo o contrato administrativo. Ela conterá informações sobre todos os empregados terceirizados que prestam serviços no órgão ou entidade, divididos por contrato, com os seguintes dados: nome completo, número de inscrição no CPF, função exercida, salário, adicionais, gratificações, benefícios recebidos, sua especificação e quantidade (vale-transporte, auxílio-alimentação), horário de trabalho, férias, licenças, faltas, ocorrências e horas extras trabalhadas;

22.26.2. A fiscalização das Carteiras de Trabalho e Previdência Social - CTPS, será feita por amostragem. Todas as anotações contidas na CTPS dos empregados devem ser conferidas, a fim de que se possa verificar se as informações nelas inseridas coincidem com as informações fornecidas pela empresa e pelo empregado. Devem ser observadas, com especial atenção, a data de início do contrato de trabalho, a função exercida, a remuneração (corretamente discriminada em salário-base, adicionais e gratificações), além de demais eventuais alterações dos contratos de trabalho.

- O número de terceirizados por função deve coincidir com o previsto no contrato administrativo;
- O salário não pode ser inferior ao previsto no contrato administrativo e na Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria - CCT.

22.26.3. Devem ser consultadas eventuais obrigações adicionais constantes na CCT para as empresas terceirizadas (por exemplo, se os empregados têm direito a auxílio-alimentação gratuito).

22.26.4. Deve ser verificada a existência de condições insalubres ou de periculosidade no local de trabalho, cuja presença levará ao pagamento dos respectivos adicionais aos empregados. Tais condições obrigam a empresa a fornecer determinados Equipamentos de Proteção Individual - EPI.

22.26.5. No primeiro mês da prestação dos serviços, a contratada deverá apresentar a seguinte documentação, devidamente autenticada:

- Relação dos empregados, com nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), e indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;
- CTPS dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinadas pela contratada; e
- Exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços

22.27. A Fiscalização, mensalmente, antes do pagamento da fatura:

22.27.1. Deve ser feita a retenção da contribuição previdenciária, conforme legislação vigente, sobre o valor da fatura e dos impostos incidentes sobre a prestação do serviço.


MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MDR

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
4ª Superintendência Regional

- 22.27.2. Deve ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.
- 22.27.3. Serão exigidas a Certidão Negativa de Débito - CND, junto ao INSS, a Certidão Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais, o Certificado de Regularidade do FGTS - CRF, e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.
- 22.27.4. Deverá solicitar a comprovação:
- Do pagamento de salários, adicionaise décimo terceiro salário;
 - De concessão de férias remuneradas e pagamento do respectivo adicional;
 - De depósitos do FGTS; e
 - Do pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato.
- 22.27.5. Caso não seja apresentada a documentação comprobatória exigida no subitem acima, a CODEVASF comunicará o fato à Contratada e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada. Em não havendo quitação das obrigações por parte da Contratada no prazo de quinze dias, a CODEVASF poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da Contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.
- 22.27.6. Caso ocorram os pagamentos previsto no subitem acima não será configurado vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre a CODEVASF e os empregados da Contratada.
- 22.28. A Fiscalização diariamente:
- 22.28.1. Devem ser evitadas ordens diretas da Administração dirigidas aos terceirizados. As solicitações de serviços devem ser dirigidas ao preposto da empresa. Da mesma forma, eventuais reclamações ou cobranças relacionadas aos empregados terceirizados devem ser dirigidas ao preposto.
- 22.28.2. Toda e qualquer alteração na forma de prestação do serviço, como a negociação de folgas ou a compensação de jornada, deve ser evitada, uma vez que essa conduta é exclusiva do empregador.
- 22.28.3. Conferir por amostragem, diariamente, os empregados terceirizados que estão prestando serviços e em quais funções, e se estão cumprindo a jornada de trabalho.
- 22.29. A Fiscalização deve atender os subitens abaixo:
- 22.29.1. É necessário observar a data-base da categoria prevista na CCT. Os reajustes dos empregados devem ser obrigatoriamente concedidos pela empresa no dia e percentual previstos, devendo ser verificada pelo gestor do contrato a necessidade de se proceder a repactuação do contrato, observado o disposto no art. 40 da Instrução Normativa nº 02/2008 – SLTI/MPOG, inclusive quanto à necessidade de solicitação da contratada.
- 22.29.2. A Administração precisa se certificar de que a empresa observa a legislação relativa à concessão de férias e licenças aos empregados.
- 22.29.3. A Administração precisa se certificar de que a empresa respeita a estabilidade provisória de seus empregados (cipeiro, gestante e estabilidade acidentária).
- 22.30. A Fiscalização por amostragem:


MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MDR

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
4ª Superintendência Regional

- 22.30.1. A administração deverá solicitar, por amostragem, aos empregados, que verifiquem se as contribuições previdenciárias e do FGTS estão ou não sendo recolhidas em seus nomes.
- 22.30.2. A administração deverá solicitar, por amostragem, aos empregados terceirizados os extratos da conta do FGTS, devendo os mesmos ser entregues à Administração.
- O objetivo é que todos os empregados tenham tido seus extratos avaliados ao final de um ano (sem que isso signifique que a análise não possa ser realizada mais de uma vez em um mesmo empregado), garantindo assim o "efeito surpresa" e o benefício da expectativa do controle;
- 22.31. A contratada deverá entregar, no prazo de 15 (quinze) dias, quando solicitado pela administração, por amostragem, quaisquer dos seguintes documentos:
- 22.31.1. Extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da Administração contratante, cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador o órgão ou entidade contratante, cópia(s) do(s) contracheque(s) assinado(s) pelo(s) empregado(s) relativo(s) a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia(s) de recibo(s) de depósito(s) bancário(s);
- 22.31.2. Comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale alimentação, entre outros) a que estiver obrigada por força de lei ou de convenção ou acordo coletivo de trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado.
- 22.32. A Fiscalização, quando da extinção ou rescisão dos contratos, deverá atender os seguintes procedimentos:
- 22.32.1. A contratada deverá entregar, até 10 (dez) dias após o último mês de prestação dos serviços (extinção ou rescisão do contrato), cópias autenticadas dos documentos abaixo relacionados:
- Termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;
 - Guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referente às rescisões contratuais;
 - Extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado; e
 - Exames médicos demissionais dos empregados dispensados.
- 22.32.2. A contratada poderá optar pela entrega de cópias não autenticadas, desde que acompanhadas de originais para conferência no local de recebimento.
- 22.33. Providências em caso de indícios de irregularidade
- 22.33.1. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra deverão oficialar ao Ministério da Previdência Social e à Receita Federal do Brasil - RFB.
- 22.33.2. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento do FGTS, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra deverão oficialar ao Ministério do Trabalho e Emprego.
- 22.34. A Contratada deverá entregar, quando solicitado pela CODEVASF, de quaisquer dos seguintes documentos:

**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MDR**

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
4ª Superintendência Regional

- 22.34.1. Cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador a CODEVASF;
- 22.34.2. Cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários; e
- 22.34.3. Comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato;
- 22.35. As inconsistências ou dúvidas verificadas na documentação entregue terão o prazo máximo de 7 (sete) dias corridos, contados a partir do recebimento da diligência pelo CONTRATADO, para serem formal e documentalmente esclarecidas.
- 22.36. Uma vez recebida a documentação, o fiscal do contrato deverá apor a data de entrega na CODEVASF e assiná-la.
- 22.37. O descumprimento reiterado das disposições acima e a manutenção do CONTRATADO em situação irregular perante as obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias poderá implicar em rescisão contratual, sem prejuízo da aplicação das penalidades e demais cominações legais.
- 22.38. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme modelo previsto no item 14, ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:
- 22.38.1. Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- 22.38.2. Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 22.38.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.
- 22.39. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.
- 22.40. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados.
- 22.40.1. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 22.41. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.
- 22.42. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.
- 22.43. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.
- 22.44. O fiscal técnico, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta


MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MDR

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
4ª Superintendência Regional

promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos.

22.45. O representante da CONTRATANTE deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais.

22.46. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA, incluindo o descumprimento das obrigações trabalhistas, não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias ou para com o FGTS ou a não manutenção das condições de habilitação, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual.

22.47. Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, a CONTRATANTE comunicará o fato à CONTRATADA e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

22.47.1. Não havendo quitação das obrigações por parte da CONTRATADA no prazo de quinze dias, a CONTRATANTE poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

22.47.2. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela CONTRATANTE para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.

22.47.3. Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre a contratante e os empregados da contratada.

22.48. O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pela CONTRATADA, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.

23. PAGAMENTO

23.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (dias) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

23.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência

23.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

23.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

23.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

23.4.1. o prazo de validade;

23.4.2. a data da emissão;

23.4.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MDR**

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
4ª Superintendência Regional

- 23.4.4. o período de prestação dos serviços;
 - 23.4.5. o valor a pagar; e
 - 23.4.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 23.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;
- 23.6. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
- 23.6.1. não produziu os resultados acordados;
 - 23.6.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
 - 23.6.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 23.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 23.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 23.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 23.10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 23.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 23.12. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 23.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 23.13.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MDR**

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
4ª Superintendência Regional

23.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

23.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

23.16. A parcela mensal a ser paga a título de aviso prévio trabalhado e indenizado corresponderá, no primeiro ano de contratação, ao percentual originalmente fixado na planilha de preços.

23.16.1. Não tendo havido a incidência de custos com aviso prévio trabalhado e indenizado, a prorrogação contratual seguinte deverá prever o pagamento do percentual máximo equivalente a 03 (três) dias a mais por ano de serviço, até o limite compatível com o prazo total de vigência contratual.

23.16.2. A adequação de pagamento de que trata o subitem anterior deverá ser prevista em termo aditivo.

23.16.3. Caso tenha ocorrido a incidência parcial ou total dos custos com aviso prévio trabalhado e/ou indenizado no primeiro ano de contratação, tais rubricas deverão ser mantidas na planilha de forma complementar/proporcional, devendo o órgão contratante esclarecer a metodologia de cálculo adotada.

23.17. A Contratante providenciará o desconto na fatura a ser paga do valor global pago a título de vale-transporte em relação aos empregados da Contratada que expressamente optaram por não receber o benefício previsto na Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, regulamentado pelo Decreto nº 95.247, de 17 de novembro de 1987.

23.18. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438 \quad TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%$$

24. RECEBIMENTO DEFINITIVO DOS SERVIÇOS

24.1. Após o término dos serviços objeto deste TR, a CONTRATADA requererá à FISCALIZAÇÃO, o seu recebimento provisório, que deverá ocorrer no prazo de 15 (quinze) dias da data de sua solicitação.

24.2. Na hipótese da necessidade de correção, será estabelecido pela FISCALIZAÇÃO um prazo para que a CONTRATADA, às suas expensas, complemente, refaça ou substitua os serviços rejeitados.


MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MDR

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
4ª Superintendência Regional

24.3. Após o recebimento provisório do objeto pela FISCALIZAÇÃO, será designado Servidor ou Comissão para o recebimento definitivo do objeto, que deverá ocorrer no prazo de até 15 (quinze) dias da data de sua designação.

24.4. Na hipótese da necessidade de correção, o Servidor ou Comissão estabelecerá um prazo para que a CONTRATADA, às suas expensas, complemente, refaça ou substitua os serviços rejeitados.

24.5. Aceitos e aprovados os serviços, será emitido o Termo de Encerramento Físico (TEF), que deverá ser assinado por representante autorizado da CONTRATADA, possibilitando a liberação da garantia.

24.6. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela execução dos serviços, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos neste Termo de Referência, por parte da CONTRATADA.

24.7. Após a emissão do Termo de Encerramento Físico (TEF), o Diretor ou Gerente-Executivo da Área correspondente, no caso de contratos firmados pela Sede, ou o Superintendente Regional, para os contratos firmados pelas Superintendências Regionais, emitirá, caso solicitado, o Atestado de Capacidade Técnica declarando a qualidade e o desempenho dos serviços prestados pela Contratada

24.8. A CONTRATADA entende e aceita que o pleno cumprimento do estipulado neste item é condicionante para:

24.8.1. Emissão do Termo de Encerramento Físico (TEF);

24.8.2. Emissão, pela CODEVASF, do Atestado de Capacidade Técnica;

24.8.3. Liberação da Caução Contratual.

24.9. Somente será considerada completa a execução do contrato pela Contratada após a comprovação do pagamento de todas as obrigações trabalhistas referentes à mão-de-obra utilizada.

24.10. A última fatura de serviços somente será encaminhada para pagamento após a emissão do Termo de Encerramento Físico do Contrato (TEF), que deverá ser anexado ao processo de liberação e pagamento.

25. SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO

25.1. A Contratada deverá atender à legislação pertinente à proteção da integridade física e da saúde dos trabalhadores durante a realização dos serviços, conforme dispõe a Lei nº 6.514 de 22/12/1977, Portaria nº 3.214, de 08/06/1978, do ISSO e deverá:

25.1.1. Cumprir e fazer cumprir as Normas Regulamentadoras de Segurança e Medicina do Trabalho – NRs, pertinentes à natureza dos serviços a serem desenvolvidos;

25.1.2. Manter nos Eixos, o SESMT conforme dimensionamento disposto no Quadro II da NR-4.

26. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

26.1. A CONTRATADA deverá atender às diretrizes estabelecidas pelo Decreto nº 7.746, de 05/06/2012, que regulamentou o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21/06/1993, em seu art. 4º, que estabelece como diretrizes de sustentabilidade critérios e práticas para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável por meio das contratações realizadas pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional e pelas empresas estatais. São diretrizes de sustentabilidade, entre outras:


MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MDR

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
4ª Superintendência Regional

- 26.1.1. Menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
 - 26.1.2. Preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
 - 26.1.3. Maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
 - 26.1.4. Maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
 - 26.1.5. Maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;
 - 26.1.6. Uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; e
 - 26.1.7. Origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras.
- 26.2. Na execução da obra e serviços será exigido o pleno atendimento da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01/2010, onde a CONTRATADA deverá adotar as seguintes providências:
- 26.2.1. Deverá ser priorizado o emprego de mão-de-obra, materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local para execução, conservação e operação das obras públicas.
 - 26.2.2. Deverá fazer o uso obrigatório de agregados reciclados nas obras contratadas, sempre que existir a oferta de agregados reciclados, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais.
 - 26.2.3. Realizar a separação dos resíduos recicláveis descartados, na fonte geradora, e a coleta seletiva do papel para reciclagem, promovendo sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, nos termos da IN MARE nº 6, de 3/11/95, e do Decreto nº 5.940/2006, ou outra forma de destinação adequada, quando for o caso.
 - Os resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis devem ser acondicionados adequadamente e de forma diferenciada, para fins de disponibilização à coleta seletiva.
 - 26.2.4. Otimizar a utilização de recursos e a redução de desperdícios e de poluição, através das seguintes medidas, dentre outras:
 - Racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas ou poluentes;
 - Substituir as substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
 - Usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;
 - Racionalizar o consumo de energia (especialmente elétrica) e adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada;
 - Realizar um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;
 - Treinar e capacitar periodicamente os empregados em boas práticas de redução de desperdícios e poluição.
 - 26.2.5. Utilizar lavagem com água de reuso ou outras fontes, sempre que possível (águas de chuva, poços cuja água seja certificada de não contaminação por metais pesados ou agentes bacteriológicos, minas e outros);
 - 26.2.6. Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;


MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MDR

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
4ª Superintendência Regional

- 26.2.7. Respeitar as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;
- 26.2.8. Desenvolver ou adotar manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores, dentre os quais:
- Pilhas e baterias que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos devem ser recolhidas e encaminhadas aos estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, para repasse aos fabricantes ou importadores;
 - Lâmpadas fluorescentes e frascos de aerossóis em geral devem ser separados e acondicionados em recipientes adequados para destinação específica;
 - Pneumáticos inservíveis devem ser encaminhados aos fabricantes para destinação final, ambientalmente adequada, conforme disciplina normativa vigente.
- 26.3. Nos termos do artigo 33, inciso IV, da Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos e Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, a CONTRATADA deverá efetuar o recolhimento e o descarte adequado do óleo lubrificante usado ou contaminado originário da contratação, bem como de seus resíduos e embalagens, obedecendo aos seguintes procedimentos:
- 26.3.1. Recolher o óleo lubrificante usado ou contaminado, armazenando-o em recipientes adequados e resistentes a vazamentos e adotando as medidas necessárias para evitar que venha a ser misturado com produtos químicos, combustíveis, solventes, água e outras substâncias que inviabilizem sua reciclagem, conforme artigo 18, incisos I e II, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005 e legislação correlata;
- 26.3.2. Providenciar a coleta do óleo lubrificante usado ou contaminado recolhido, através de empresa coletora devidamente autorizada e licenciada pelos órgãos competentes, ou entregá-lo diretamente a um revendedor de óleo lubrificante acabado no atacado ou no varejo, que tem obrigação de recebê-lo e recolhê-lo de forma segura, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, conforme artigo 18, inciso III e § 2º, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata;
- 26.3.3. Exclusivamente quando se tratar de óleo lubrificante usado ou contaminado não reciclável, dar-lhe a destinação final ambientalmente adequada, devidamente autorizada pelo órgão ambiental competente, conforme artigo 18, inciso VII, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata.
- 26.4. Se houver a aquisição de bens, a CONTRATADA deverá observar os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental, conforme a instrução normativa SLTI/MP nº 01/2010:
- 26.4.1. Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;
- 26.4.2. Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
- 26.4.3. Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;
- 26.4.4. Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MDR

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
4ª Superintendência Regional

27. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

27.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

- 27.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 27.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 27.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;
- 27.1.4. comportar-se de modo inidôneo; ou
- 27.1.5. cometer fraude fiscal.

27.2. Comete falta grave, podendo ensejar a rescisão unilateral da avença, sem prejuízo da aplicação de sanção pecuniária e do impedimento para licitar e contratar com a União, nos termos do art. 7º da Lei 10.520, de 2002, aquele que:

- 27.2.1. não promover o recolhimento das contribuições relativas ao FGTS e à Previdência Social exigíveis até o momento da apresentação da fatura;
- 27.2.2. deixar de realizar pagamento do salário, do vale-transporte e do auxílio alimentação no dia fixado.

27.3. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

27.3.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

27.3.2. Multa de:

- 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
- 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
- 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e
- 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;
- as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MDR**

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
4ª Superintendência Regional

- 27.3.3. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
- 27.3.4. As sanções de advertência e de impedimento de licitar e contratar com a União poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados; e
- 27.3.5. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04

**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MDR**

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
4ª Superintendência Regional

3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

27.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA.

**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MDR**

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
4ª Superintendência Regional

27.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

27.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

28. CONDIÇÕES GERAIS

28.1. Este Termo de Referência e seus anexos farão parte integrante do contrato a ser firmado com a CONTRATADA, independente de transições.

28.2. Todo o acervo de dados, assim com as estatísticas geradas de forma individual e coletiva e todo o material produzido e compilado durante a execução do Contrato serão de propriedade da CODEVASF e deverão ser entregues em formato digital e, quando impraticável desta forma, em meio impresso, sendo proibida a reprodução ou divulgação, no todo ou em parte desse acervo, sem prévia autorização da CODEVASF.

29. ANEXOS

29.1. São ainda, documentos integrantes deste Termo de Referência, CD-ROM contendo:

- ANEXO I – JUSTIFICATIVA
- ANEXO II - MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS
- ANEXOS III, IV, V, VI e VII gravados em arquivos separados:
 - ANEXO III: DADOS GERAIS DO PROJETO PÚBLICO DE IRRIGAÇÃO JACARÉ-CURITUBA
 - ANEXO IV: ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS
 - ANEXO V – PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS
 - ANEXO VI – CARTA DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA
 - ANEXO VII – MODELO DE PLANILHAS PARA PROPOSTA FINANCEIRA

Aracaju (SE), 02 de outubro de 2020.

Antônio José Canário Costa

Analista de Desenvolvimento Regional
Gerência Regional de Empreendimentos de Irrigação - 4ª GRI
CODEVASF – SERGIPE

ANEXO I - JUSTIFICATIVAS


MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MDR

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
4ª Superintendência Regional

Finalidade: este anexo tem por finalidade incluir exigências e particularidades em função da especificidade dos serviços a serem contratados, previstas no Termo de Referência e que aqui, após relacionados, passam a integrar o TR.

Justificativas:
Da necessidade da contratação

Os Projetos Públicos de Irrigação foram concebidos com os objetivos de:

- Fomentar a produção agrícola, reduzindo os riscos climáticos inerentes à atividade agropecuária, principalmente nas regiões sujeitas à baixa ou irregular distribuição de chuvas;
- Promover o desenvolvimento local e regional, com prioridade para as regiões com baixos indicadores sociais e econômicos;
- Contribuir para o abastecimento do mercado interno de alimentos;
- Concorrer para a geração de emprego e renda.

O serviço de ATER é fundamental no processo de desenvolvimento rural e da atividade agropecuária, pois é um instrumento de comunicação de conhecimento de novas tecnologias, geradas pela pesquisa, e outros conhecimentos. É um dos instrumentos da Política Nacional de Irrigação, elencados no artigo 5º da Lei 12.787/2013, que dispõe sobre a Política Nacional de Irrigação. Além disso, o texto da mesma Lei, no seu Art. 17, diz que “o poder público garantirá ao agricultor irrigante familiar assistência técnica e extensão rural, em projetos públicos e privados de irrigação”

Já a Lei 8.171 de 1991, que dispõe sobre a política agrícola fala em seu Art. 17 que “o Poder Público manterá serviço oficial de assistência técnica e extensão rural, sem paralelismo na área governamental ou privada, de caráter educativo, garantindo atendimento gratuito aos pequenos produtores e suas formas associativas, visando:

- I - Difundir tecnologias necessárias ao aprimoramento da economia agrícola, à conservação dos recursos naturais e à melhoria das condições de vida do meio rural;
- II - Estimular e apoiar a participação e a organização da população rural, respeitando a organização da unidade familiar bem como as entidades de representação dos produtores rurais;
- III - Identificar tecnologias alternativas juntamente com instituições de pesquisa e produtores rurais;
- IV - Disseminar informações conjunturais nas áreas de produção agrícola, comercialização, abastecimento e agroindústria.”

Logo, faz-se necessária a contratação dos serviços, não apenas para cumprir a legislação, mas, principalmente, para capacitar os produtores e suas organizações para o planejamento da produção e gerenciamento do lote, para que os irrigantes consigam extrair, de forma sustentável, cada vez mais renda do seu empreendimento.

Da adoção pelo uso do PREGÃO ELETRÔNICO: Nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei nº 10.520, de 2002, os serviços objeto deste instrumento são considerados comuns, pois seus padrões de desempenho e


MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MDR

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
4ª Superintendência Regional

qualidade, para efeito de julgamento das propostas, podem ser objetivamente definidos neste Termo de Referência e no Edital, por meio de especificações usuais de mercado.

Como se trata de serviços comuns, conforme especificações técnicas que fazem parte deste termo de referência, adotaremos a modalidade Pregão Eletrônico como tipo de licitação, visto que esta visa ampliar a eficiência nesta contratação, a competitividade entre os licitantes, assegurar o tratamento isonômico, buscar maior simplificação, celeridade, transparência e eficiência nos procedimentos para dispêndio de recursos públicos e a seleção da proposta mais vantajosa para a administração pública.

Permite Participação de Consórcios: Não. A logística necessária para cumprimento do objeto não exige o envolvimento de empresas com diferentes especialidades, não sendo, consequentemente, pertinente a formação de consórcios.

Regime de execução: Empreitada por Preço Global: preço certo e total. O pagamento será de acordo com o valor de cada etapa/evento prevista no cronograma físico-financeiro.

O pagamento das medições das parcelas/eventos concluídas após o prazo previsto no cronograma físico-financeiro e cronograma de desembolso contratual poderá ser efetivado, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas. As medições serão feitas mensalmente, respeitando no mínimo o percentual de cada parcela, de acordo com o Cronograma de Desembolso adotado e aceito pela CODEVASF.

É importante ressaltar que as especificações técnicas (forma de execução dos serviços) deverão ser seguidas em sua totalidade, não sendo possível a execução do objeto da licitação com diferentes metodologias ou tecnologias.

Diante da possibilidade de se definir previamente no termo de referência, com boa margem de precisão, as quantidades dos serviços a serem posteriormente executados na fase contratual, entendemos ser este regime de execução o mais apropriado para o objeto da licitação;

Divulgação do valor orçado: Público - Conforme Acórdão nº 1502/2018 – Plenário TCU – Nas licitações realizadas pelas empresas estatais, sempre que o orçamento de referência for utilizado como critério de aceitabilidade das propostas, sua divulgação no edital é obrigatória, e não facultativa, em observância ao princípio constitucional da publicidade e, ainda, por não haver no art. 34 da Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais) proibição absoluta à revelação do orçamento.

Garantia de Execução (caução): É necessário para fins de emissão da Ordem de Serviço que a empresa contratada tenha apresentado a Garantia de Execução do Contrato, nos moldes do art. 70 da Lei nº 13.303, de 2016, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação.

Para não caracterizar contratação de mão-de-obra: Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 2018, art. 4º, inciso I, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MDR**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
4ª Superintendência Regional**ANEXO II: MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS****MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

A Licitante (NOME DA EMPRESA), inscrita no CNPJ/MF nº (CNPJ DA EMPRESA), por seu representante legal (ou responsável técnico) abaixo assinado, declara, sob as penalidades da lei, de que conhece o local onde serão executadas **os serviços e fornecimentos**, se inteirou dos dados indispensáveis à apresentação da proposta, e que os preços a serem propostos cobrirão quaisquer despesas que incidam ou venham a incidir sobre a execução dos serviços, tendo obtido todas as informações necessárias para a elaboração da proposta e execução do contrato.

Cidade, ____/____/2020

Assinatura do representante legal

Nome: _____

Função: _____



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MDR

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
4ª Superintendência Regional